



Ministério Público do Rio Grande do Sul
PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE URUGUAIANA

Ofício Nº 18/2022

Protocolo 125/2022/LEG 03/03/2022 08:59h

Excelentíssimo Sr. Vereador PAULO ROBERTO INDA KLEINUBING.
Presidente da Câmara de Vereadores de Uruguaiana,

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, em atenção ao conteúdo do Ofício Div. n.º /2022/DLEG, datado de 24 de fevereiro de 2022, venho agradecer o convite e justificar minha ausência à *“Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Vereadores de Uruguaiana, no dia 03 de março de 2022, as 10h15m, para tratar sobre a situação da Escola Estadual de Ensino Fundamental Hermeto José Pinto Bermudez e a situação da Escola Estadual de Ensino Fundamental Flores da Cunha”*.

A justificativa se deve ao fato de, na mesma data, às 10h30min, ter sido previamente designada audiência judicial para depoimento especial de criança na Vara Regional da Infância e da Juventude de Uruguaiana, com atribuição da Promotoria de Justiça Especializada, a qual titularizo.

Não obstante, considerando a temática a ser debatida, tenho a esclarecer que a grave situação de infraestrutura das Escolas Estaduais mencionadas, que estão impedindo o bom andamento das atividades escolares, também são objeto de preocupação da Promotoria de Justiça Regional de Uruguaiana,



Ministério Público do Rio Grande do Sul
PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE URUGUAIANA

buscando-se incessantemente a solução das problemáticas apresentadas.

Neste sentido, em relação à Escola Estadual de Ensino Fundamental Hermeto José Pinto Bermudez encontra-se em tramitação o **Inquérito Civil nº 01546.000.003/2021**, que tem como objeto *“Apurar a situação das obras na Escola Estadual de Ensino Fundamental Hermeto Pinto Bermudez, em Uruguaiana/RS”*, sendo que o último entrave para finalização da obra na rede elétrica (reforma de subestação de energia), noticiado em audiência extrajudicial, na data de 30/09/2021, foram as dificuldades encontradas por parte da empresa GV Engenharia, para aprovação do Projeto junto à concessionária RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. Não obstante, em 03/02/2022, sobreveio a informação pelo Departamento de Obras Escolas - SEDUC/RS, de que a questão já havia sido superada, com os devidos encaminhamentos para aprovação do Projeto pelos próprios técnicos da SOP – Secretaria de Obras Públicas do RS, estando a obra em andamento e em fase final de execução, sob o PROA nº 21/1900-0002587-5. Assim sendo, a demanda segue sendo objeto de acompanhamento de forma extrajudicial pela Promotoria Regional, até a conclusão da referida obra.

Já em relação à Escola Estadual de Ensino Fundamental Flores da Cunha foi registrada a Notícia de Fato nº 01140.000.730/2021, a qual deu ensejo ao ajuizamento da **Ação Civil Pública nº 50095797620218210037**, em trâmite na 3ª Vara Cível desta Comarca de Uruguaiana, desde 20/10/2021. Com efeito, no bojo da ação restou requerido liminarmente, em sede de antecipação da tutela, em síntese, que o Estado do Rio Grande do Sul apresentasse plano de retomada e conclusão da obra de reforma da



Ministério Público do Rio Grande do Sul
PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE URUGUAIANA

rede elétrica do educandário, com o respectivo cronograma de execução de todas as etapas pendentes, e com início da execução das obras, no prazo máximo de 15 dias, o que estou indeferido pelo juízo de 1º grau e também em grau recursal (agravo de instrumento nº 52211381220218217000, em trâmite na 22ª Câmara Cível, do TJRS). Por fim, ainda nos autos do recurso, o Estado juntou informação constante do PROA 21/1000-0015336-3, de 10/11/2021, dando conta que *“A partir do desacordo com a contratada para a finalização da obra, não restou outra alternativa senão a rescisão do contrato. Para tal, foi solicitado junto a SOP elaboração do laudo circunstanciado. Laudo elaborado e entregue, parte-se agora para a contratação de nova empresa para finalização da obra. Para tal, será necessário projetos e orçamento elaborados pela SOP para, a partir disto ser contratada nova empresa. O prazo para seleção e contratação de uma nova empresa é de 60 dias a partir da data da liberação das informações técnicas”*. Desse modo, a Promotoria Regional de Uruguaiiana já implementou as medidas judiciais buscando a rápida solução do problema, sendo que não obteve acolhimento de seus pedidos liminares seja em primeiro grau de jurisdição, seja por meio do recurso cabível perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Não obstante, o Ministério Público continuará a impulsionar o processo visando a um julgamento favorável do mérito por ocasião da sentença.

Coloco-me à disposição para contribuir com o debate acerca deste tema que merece total atenção de toda a comunidade uruguaiianense, de forma presencial em eventual nova sessão ordinária.

Aproveito o ensejo para renovar votos de estima e consideração.



Ministério Público do Rio Grande do Sul
PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE URUGUAIANA

Cordialmente,

André Luis Negrão Duarte,
Promotor de Justiça.